



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

LETRAMENTO, VIOLÊNCIA ESCOLAR E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

Marcos Antônio Negreiros Dias¹, Adriana Alencar Feitosa², Ana Cláudia Quaresma da Silva³, Rodrigo Almeida de Sa⁴, Dayanne Castro Trombeta⁵, Luciano Alves Gabarrão Silva⁶, Deborah Cristinie Santos Batista⁷, Dernivaldo da Costa Tirello⁸



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p1354-1373>

Artigo recebido em 8 de Dezembro e publicado em 8 de Fevereiro de 2026

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

A intensificação da violência e dos conflitos no ambiente escolar tem se configurado como um desafio central para a educação contemporânea, exigindo abordagens que superem perspectivas meramente punitivas e disciplinadoras. A escola, enquanto espaço de socialização e formação cidadã, reflete tensões sociais mais amplas, manifestadas por meio de violências físicas, psicológicas, simbólicas e institucionais, frequentemente associadas a desigualdades sociais e processos de exclusão. Nesse contexto, o letramento, compreendido para além da alfabetização instrumental, emerge como prática social, crítica e formativa, com potencial para mediar conflitos e promover a cultura de paz. O problema que orientou este estudo consistiu em compreender de que maneira as práticas de letramento contribuem para a mediação de conflitos e para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar. O objetivo do artigo foi analisar, por meio de uma revisão de literatura sistematizada, as contribuições do letramento para a compreensão da violência escolar, a mediação de conflitos e a promoção da cultura de paz no contexto educacional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada no método dedutivo, conduzida a partir das diretrizes do protocolo PRISMA e analisada por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam que o letramento, especialmente em suas dimensões social e crítica, favorece o desenvolvimento de competências discursivas, emocionais e comunicativas, fundamentais para o enfrentamento da violência simbólica, a ressignificação dos conflitos e o fortalecimento de práticas democráticas na escola. Conclui-se que a articulação entre letramento e mediação de conflitos constitui uma estratégia pedagógica potente para a promoção da cultura de paz, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, dialógicos e socialmente justos.



Palavras-chave: Formação cidadã. Comunicação não violenta. Inclusão educacional. Relações escolares. Participação social.

LITERACY, SCHOOL VIOLENCE, AND CONFLICT MEDIATION: CONTRIBUTIONS TO THE CONSTRUCTION OF A CULTURE OF PEACE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

ABSTRACT

The intensification of violence and conflicts in the school environment has become a central challenge for contemporary education, requiring approaches that go beyond purely punitive and disciplinary perspectives. Schools, as spaces of socialization and citizenship formation, reflect broader social tensions manifested through physical, psychological, symbolic, and institutional violence, often associated with social inequalities and processes of exclusion. In this context, literacy, understood beyond instrumental reading and writing skills, emerges as a social, critical, and formative practice with the potential to mediate conflicts and promote a culture of peace. The problem guiding this study was to understand how literacy practices contribute to conflict mediation and to the construction of a culture of peace in the school environment. The aim of the article was to analyze, through a systematized literature review, the contributions of literacy to understanding school violence, conflict mediation, and the promotion of a culture of peace in educational contexts. Methodologically, this is a qualitative study of a theoretical and bibliographic nature, grounded in deductive reasoning, conducted according to PRISMA guidelines and analyzed through Content Analysis. The results indicate that literacy, especially in its social and critical dimensions, fosters the development of discursive, emotional, and communicative competencies that are essential for addressing symbolic violence, reframing conflicts, and strengthening democratic practices in schools. It is concluded that the articulation between literacy and conflict mediation constitutes a powerful pedagogical strategy for promoting a culture of peace, contributing to the construction of more inclusive, dialogical, and socially just school environments.

Keywords: Citizenship formation; nonviolent communication; educational inclusion; school relationships; social participation.



Instituição afiliada

AUTOR 1 Universidade Federal do Tocantins (UFT), Gurupi, Tocantins, Brasil

AUTOR 2 Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), Araguaína, Tocantins, Brasil.

AUTOR 3 Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)), Araguaína, Tocantins, Brasil

AUTOR 4 Universidade Federal do Tocantins (UFT), Gurupi, Tocantins, Brasil

AUTOR 5 Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmasi, Tocantins, Brasil

AUTOR 6 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Araguaína, Tocantins, Brasil

AUTOR 7 Faculdade Líbano (LIBANO), Palmas, Tocantins, Brasil

AUTOR 8 Universidade Católica de Salvador(UCSAL), Salvador, Bahia, Brasil

Autor correspondente: Marcos Antonio Negreiros Dias. Email: marcosnegreiros1985@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





1 INTRODUÇÃO

A intensificação dos conflitos e das manifestações de violência no ambiente escolar tem se consolidado como um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas educacionais contemporâneos (Farias et al., 2022). A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, formação cidadã e construção de identidades, reflete tensões sociais mais amplas relacionadas às desigualdades socioeconômicas, culturais e simbólicas que atravessam a sociedade. Nesse contexto, a violência escolar não se restringe a episódios isolados de agressão física, mas se manifesta de forma multifacetada, envolvendo dimensões psicológicas, simbólicas e institucionais que impactam profundamente o processo educativo, o clima escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes (Silva, 2024).

Observa-se que abordagens tradicionais centradas exclusivamente em mecanismos punitivos, normativos ou disciplinadores têm se mostrado insuficientes para o enfrentamento da violência escolar (Dias et al., 2026). Tais estratégias, ao desconsiderarem as dimensões comunicacionais, emocionais e relacionais dos conflitos, tendem a reforçar práticas de silenciamento, exclusão simbólica e reprodução de desigualdades. Em contraposição, cresce o reconhecimento da necessidade de perspectivas educativas que compreendam o conflito como fenômeno social inerente às relações humanas e que valorizem o diálogo, a escuta e a mediação como caminhos formativos para a convivência democrática e a promoção da cultura de paz (Jean-Pierre; Parris, 2019).

Nesse debate, o letramento, compreendido para além da alfabetização instrumental, emerge como um eixo teórico e pedagógico estratégico. As concepções contemporâneas de letramento o entendem como prática social, discursiva e formativa, intrinsecamente relacionada à linguagem, à construção de identidades, às relações de poder e aos processos de participação social (Etto; Carlos, 2018). Sob essa perspectiva, práticas de letramento no contexto escolar podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de competências comunicativas, críticas e emocionais, fundamentais para a prevenção da violência, a mediação de conflitos e o fortalecimento de relações mais justas e inclusivas (Araújo, 2020).

Embora a literatura reconheça, de forma dispersa, a relevância do letramento



para a formação cidadã e para a convivência escolar, ainda se identifica uma lacuna teórica no que se refere à articulação sistemática entre letramento, violência escolar, mediação de conflitos e cultura de paz. Muitos estudos abordam esses elementos de maneira fragmentada, seja enfatizando a violência escolar sob uma ótica sociológica ou psicológica, seja discutindo o letramento em contextos pedagógicos desvinculados das dinâmicas conflituosas do cotidiano escolar. Carece, portanto, uma análise integrada que compreenda o letramento como dispositivo formativo capaz de mediar conflitos, ressignificar práticas institucionais e promover uma cultura de paz no ambiente educativo.

Dessa forma, o problema que orienta este estudo pode ser assim formulado: de que maneira as práticas de letramento contribuem para a mediação de conflitos e para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar? A partir desse questionamento, torna-se pertinente investigar como o letramento, especialmente em suas dimensões crítica, social e formativa, pode atuar como instrumento pedagógico na transformação dos conflitos escolares em oportunidades educativas.

Nesse sentido, o presente artigo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão de literatura sistematizada, as contribuições do letramento para a compreensão da violência escolar, a mediação de conflitos e a promoção da cultura de paz no contexto educacional.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, fundamentado no método de argumentação dedutivo. Tal método possibilitou partir de pressupostos gerais consolidados na literatura científica acerca do letramento, do letramento crítico e do letramento ambiental, para a construção de inferências analíticas voltadas à compreensão de suas implicações educacionais, sociais e formativas. A opção pelo método dedutivo mostrou-se pertinente por permitir a articulação entre fundamentos teóricos amplos e reflexões aplicadas ao campo educacional, favorecendo uma análise crítica e contextualizada dos conceitos investigados.

O procedimento metodológico central consistiu em uma revisão de literatura

sistemizada, conduzida a partir das diretrizes do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), adaptadas à natureza qualitativa do estudo. A adoção do protocolo PRISMA teve como finalidade assegurar transparência, rastreabilidade e rigor científico às etapas de identificação, seleção e inclusão dos estudos analisados (Page et al., 2022).

A matriz PRISMA foi estruturada em quatro etapas principais: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Na fase de identificação, os estudos foram localizados a partir da aplicação dos descritores previamente definidos nas bases de dados selecionadas. Em seguida, procedeu-se à triagem, com a exclusão de publicações duplicadas e daquelas que, após leitura de títulos e resumos, não apresentaram aderência ao objeto da pesquisa. Na etapa de elegibilidade, os textos selecionados foram analisados na íntegra, sendo aplicados critérios relacionados à relevância temática, qualidade metodológica, atualidade das publicações e contribuição teórica para o campo do letramento. Por fim, na fase de inclusão, foram definidos os estudos que compuseram o corpus final da análise.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados acadêmicas de reconhecida relevância científica, incluindo o Portal de Periódicos da CAPES, ScienceDirect e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram utilizados descritores previamente estabelecidos, tais como: “letramento e educação”, “letramento crítico”, “letramento ambiental”, “práticas de letramento”, “alfabetização e letramento” e “mediação de conflitos”, empregados de forma isolada e combinada. Complementarmente, foram consultadas obras clássicas e contemporâneas consideradas referenciais teóricos centrais para o campo do letramento, (Mattar e Ramos, 2021).

A revisão de literatura é amplamente reconhecida como método eficaz para a compreensão de fenômenos complexos e interdisciplinares. o crescimento exponencial da produção científica e o acesso ampliado às bases digitais demandam a adoção de critérios rigorosos de seleção, a fim de garantir a confiabilidade e a validade dos achados. Nesse sentido, os estudos incluídos atenderam aos critérios de relevância temática, consistência teórica, qualidade metodológica e contribuição científica para o debate contemporâneo sobre o letramento (Marconi e Lakatos, 2017).

Para o tratamento e a interpretação das fontes selecionadas, adotou-se a Análise



de Conteúdo (Bardin, 2016). Essa técnica mostrou-se adequada por possibilitar uma análise sistemática, objetiva e interpretativa dos textos, permitindo a identificação de sentidos, recorrências temáticas e estruturas conceituais presentes na literatura analisada. A Análise de Conteúdo desenvolveu-se em três etapas fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação, conforme sistematização apresentada por Sousa e Salvatierra (2022).

Na fase de pré-análise, realizou-se a leitura fluante dos textos selecionados, com o objetivo de delimitar o corpus e identificar unidades de sentido relacionadas ao letramento e às suas diferentes dimensões. Na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação e categorização temática, por meio da identificação de unidades de registro, termos, conceitos, expressões e trechos significativos, e unidades de contexto, conforme Bardin (2016). As categorias analíticas foram construídas a partir de um movimento indutivo-dedutivo, considerando simultaneamente os objetivos da pesquisa e a recorrência temática observada nos estudos analisados.

Por fim, na etapa de tratamento dos resultados, os dados categorizados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, possibilitando a construção de inferências críticas sobre o papel do letramento, com ênfase no letramento ambiental e no letramento crítico, na formação cidadã e no enfrentamento dos desafios educacionais e socioambientais contemporâneos. A combinação do protocolo PRISMA com a Análise de Conteúdo de Bardin conferiu rigor metodológico, sistematicidade e transparência ao estudo, fortalecendo a validade e a confiabilidade dos resultados apresentados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 VIOLÊNCIA ESCOLAR: CONCEPÇÕES, TIPOLOGIAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A violência escolar constitui um fenômeno complexo, multifacetado e socialmente construído, que ultrapassa manifestações episódicas de agressão física e se expressa em múltiplas dimensões simbólicas, psicológicas e institucionais. A literatura contemporânea tem evidenciado que compreender a violência no contexto escolar exige uma abordagem ampliada, capaz de articular fatores individuais, relacionais,



institucionais e estruturais, especialmente aqueles associados às desigualdades sociais e aos processos de exclusão simbólica (Farias et al., 2022).

No plano das tipologias, a violência escolar manifesta-se, inicialmente, de forma física, envolvendo agressões corporais, danos materiais e confrontos diretos entre estudantes ou entre estudantes e profissionais da educação. Embora mais visível, essa forma não esgota o fenômeno e, muitas vezes, é antecedida ou sustentada por outras modalidades menos perceptíveis, porém igualmente danosas. A violência psicológica inclui práticas de intimidação, humilhação, ameaças, isolamento social e bullying, afetando diretamente a autoestima, o bem-estar emocional e o desempenho escolar dos sujeitos envolvidos. Essas experiências tendem a produzir marcas duradouras, contribuindo para trajetórias de evasão, silenciamento e sofrimento psíquico (Silva, 2024).

A violência simbólica, conceito amplamente discutido por Pierre Bourdieu, refere-se a processos sutis e naturalizados de dominação que operam por meio da linguagem, das normas, dos currículos e das expectativas escolares. Nesse sentido, práticas pedagógicas que deslegitimam saberes populares, identidades culturais, linguagens periféricas ou trajetórias sociais dos estudantes podem reforçar sentimentos de não pertencimento e inferiorização (Silva, 2024). Trata-se de uma violência que não se impõe pela força física, mas pela internalização de hierarquias sociais e culturais que estruturam o cotidiano escolar (Farias et al., 2022).

Ademais, a violência institucional emerge quando a própria organização da escola, suas regras, rotinas, sistemas de avaliação e mecanismos disciplinares, produz ou reproduz injustiças, discriminações e exclusões. Políticas punitivas excessivas, ausência de escuta, práticas autoritárias de gestão e a medicalização de conflitos são exemplos recorrentes apontados pela literatura como fatores que intensificam tensões e ampliam desigualdades no espaço escolar. Nessa perspectiva, a violência não é apenas um desvio de conduta individual, mas um produto das relações de poder que atravessam a instituição educativa (Mokaya et al., 2025).

É fundamental distinguir violência de conflito. O conflito, enquanto fenômeno social inerente às relações humanas, não é, em si, negativo. Ao contrário, autores como Bernard Charlot argumentam que o conflito pode assumir um papel pedagógico quando mediado de forma dialógica e formativa. Divergências de interesses, valores e



identidades fazem parte da vida escolar e refletem a pluralidade social que a escola abriga. O problema emerge quando tais conflitos não encontram canais legítimos de expressão, negociação e resolução, convertendo-se em práticas violentas ou em silenciamentos impostos (Paste Ferreira, 2024).

Nesse sentido, a escola configura-se simultaneamente como espaço de reprodução e de transformação dos conflitos sociais. Por um lado, ela reproduz desigualdades estruturais presentes na sociedade mais ampla, como aquelas relacionadas à classe social, raça, gênero e território. Por outro, possui potencial estratégico para ressignificar conflitos, promover reconhecimento e construir práticas educativas orientadas pela justiça social e pela cultura de paz. Essa ambivalência coloca a instituição escolar no centro dos debates sobre violência e convivência democrática (Shim; Ye, 2024).

A relação entre violência escolar, desigualdades sociais e exclusão simbólica é amplamente evidenciada na literatura. Estudantes oriundos de contextos socialmente vulnerabilizados tendem a ser mais frequentemente alvo de estigmatização, punições disciplinares e expectativas escolares negativas, o que intensifica processos de marginalização. A negação do direito à palavra, à escuta e ao reconhecimento de suas identidades linguísticas e culturais aprofunda a distância entre a escola e esses sujeitos, criando um terreno fértil para a intensificação dos conflitos (Ferreira de Oliveira et al., 2021).

Diante desse cenário, compreender a violência escolar requer deslocar o foco de explicações individualizantes para análises que considerem a centralidade da linguagem, das relações sociais e das estruturas institucionais. Tal compreensão é fundamental para sustentar propostas pedagógicas que articulem letramento, mediação de conflitos e cultura de paz, reconhecendo a escola não apenas como espaço de controle, mas como território de diálogo, formação cidadã e transformação social.

3.2 LETRAMENTO COMO PRÁTICA SOCIAL E FORMATIVA

A compreensão contemporânea de letramento ultrapassa significativamente a noção restrita de alfabetização entendida como domínio técnico da leitura e da escrita. A literatura educacional tem evidenciado que ler e escrever são práticas socialmente



situadas, atravessadas por valores, relações de poder, identidades e contextos históricos específicos. Nesse sentido, o letramento configura-se como um processo formativo amplo, que envolve modos de participação social, produção de sentidos e posicionamento crítico dos sujeitos no mundo (Dias et al., 2026).

A perspectiva do letramento como prática social, desenvolvida por Brian Street, constitui um marco teórico fundamental nesse deslocamento conceitual. Ao criticar o modelo autônomo de letramento, que concebe a leitura e a escrita como habilidades neutras e universais, Street propõe o modelo ideológico, segundo o qual as práticas de letramento estão intrinsecamente vinculadas às estruturas culturais, sociais e institucionais em que se realizam (Street, 2014). No contexto escolar, essa abordagem permite compreender que diferentes formas de uso da linguagem coexistem, sendo algumas legitimadas e outras marginalizadas, o que tem implicações diretas na produção de desigualdades e conflitos. Reconhecer o letramento como prática social implica valorizar os repertórios linguísticos dos estudantes e compreender a escola como um espaço de negociação de sentidos, e não apenas de transmissão normativa da língua (Etto; Carlos, 2018).

Essa compreensão articula-se às contribuições de James Paul Gee, ao enfatizar a relação indissociável entre linguagem, identidade e poder. Para Gee, o letramento está relacionado aos Discursos, conjuntos de práticas linguísticas, sociais e culturais que definem formas específicas de ser, agir e se reconhecer socialmente. Na escola, determinados discursos são instituídos como legítimos, enquanto outros são desvalorizados, produzindo processos de exclusão simbólica e silenciamento. Assim, o domínio da linguagem escolar não se restringe ao aspecto linguístico, mas envolve o acesso a formas específicas de participação social. Essa abordagem é particularmente relevante para a análise da violência escolar, pois evidencia como conflitos podem emergir da negação de identidades linguísticas e culturais, reforçando hierarquias e assimetrias de poder no cotidiano educativo (Pereira, 2006).

No campo do letramento crítico, as contribuições de Paulo Freire são centrais para compreender o caráter emancipatório da linguagem na educação. Para Freire, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e o ato de ler e escrever deve estar orientado pela problematização da realidade social. O letramento crítico, nessa perspectiva, não se limita à decodificação de textos, mas envolve a capacidade de



interpretar, questionar e transformar as condições concretas de existência. No ambiente escolar, essa concepção atribui à linguagem um papel político-pedagógico, fundamental para a construção da autonomia, do diálogo e da consciência crítica (Da Silva; Sousa; Dias, 2025).

A articulação entre essas abordagens permite compreender o letramento como um eixo estruturante da formação cidadã. Ao ser concebido como prática social, identitária e crítica, o letramento contribui para o fortalecimento de competências comunicativas voltadas ao diálogo, à escuta e à resolução não violenta de conflitos. Dessa forma, práticas de letramento no espaço escolar podem atuar tanto na prevenção da violência simbólica quanto na promoção de relações mais democráticas e inclusivas, criando condições para a mediação de conflitos e para a construção de uma cultura de paz fundamentada no reconhecimento do outro e na justiça social.

3.3 LETRAMENTO, CONFLITO E CULTURA DE PAZ NO AMBIENTE ESCOLAR

A relação entre letramento, conflito e cultura de paz no ambiente escolar deve ser compreendida a partir de uma perspectiva ampliada da educação, na qual a linguagem ocupa lugar central na mediação das relações sociais (Malta; Galvão; Lemos, 2025). Os conflitos que emergem no cotidiano escolar não se restringem a episódios pontuais de indisciplina ou violência, mas expressam tensões simbólicas, identitárias e estruturais que atravessam a escola enquanto instituição social (Dias et al., 2026). Nesse contexto, o letramento, entendido como prática social e formativa, constitui um eixo estratégico para a construção de formas não violentas de convivência e para a promoção de uma cultura de paz.

Ao conceber o letramento como prática social, conforme proposto por Brian Street, reconhece-se que os usos da linguagem estão imersos em relações de poder, valores culturais e normas institucionais (Street, 2014). Assim, conflitos escolares frequentemente emergem quando determinados modos de falar, escrever e se expressar são legitimados, enquanto outros são desqualificados ou silenciados. A negação do direito à palavra e à escuta configura-se como forma de violência simbólica, produzindo exclusões que podem se desdobrar em conflitos abertos ou em práticas de resistência por parte dos estudantes. Práticas de letramento que valorizam a pluralidade



linguística e cultural contribuem, portanto, para o reconhecimento mútuo e para a redução de tensões no espaço escolar (Carvalho; Silva; Maciel, 2024).

Essa compreensão dialoga com as contribuições de James Paul Gee, ao enfatizar que a linguagem não é apenas meio de comunicação, mas também um mecanismo de construção de identidades e de posicionamento social. Na escola, o acesso desigual aos discursos legitimados pode gerar conflitos relacionados ao pertencimento, à autoridade e à participação. O letramento, nesse sentido, pode atuar como instrumento de inclusão ou de exclusão, a depender das práticas pedagógicas adotadas. Quando orientado por princípios democráticos, o letramento favorece a ampliação das possibilidades de participação discente, criando condições para que os conflitos sejam expressos, negociados e ressignificados por meio do diálogo, e não pela violência (Pereira, 2006).

No campo do letramento crítico, as contribuições de Paulo Freire são fundamentais para compreender a articulação entre linguagem, conflito e cultura de paz. Para Freire, o diálogo constitui a base de uma educação humanizadora, capaz de transformar conflitos em oportunidades pedagógicas. A leitura crítica do mundo possibilita aos sujeitos compreenderem as causas estruturais das desigualdades e das violências, deslocando a responsabilização individual e promovendo a consciência coletiva. Nesse sentido, práticas de letramento crítico contribuem para a construção da cultura de paz ao estimular a problematização, a empatia e a ação transformadora (Freire, 2011).

A cultura de paz, no ambiente escolar, não deve ser entendida como ausência de conflitos, mas como a capacidade institucional e pedagógica de lidar com eles de forma ética, dialógica e educativa. O letramento desempenha papel central nesse processo ao desenvolver competências discursivas relacionadas à escuta ativa, à argumentação respeitosa, à negociação de sentidos e à mediação simbólica dos conflitos. Ao aprenderem a expressar sentimentos, opiniões e divergências por meio da linguagem, estudantes e educadores constroem alternativas à violência física e simbólica, fortalecendo vínculos e práticas de convivência democrática (Da Silva, Sousa, Dias, 2025).

Dessa forma, o letramento configura-se como um dispositivo formativo essencial para a mediação de conflitos e para a promoção da cultura de paz no ambiente



escolar. Ao articular linguagem, identidade e consciência crítica, práticas de letramento ampliam as possibilidades de transformação dos conflitos em experiências educativas, contribuindo para a formação cidadã e para a construção de uma escola comprometida com a justiça social, o diálogo e o respeito à diversidade.

3.4 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DO LETRAMENTO

A mediação de conflitos no ambiente escolar tem se consolidado como uma estratégia educativa fundamental para o enfrentamento da violência e para a promoção de relações mais democráticas. Diferentemente de abordagens punitivas ou meramente disciplinares, a mediação propõe a construção coletiva de soluções por meio do diálogo, da escuta e do reconhecimento mútuo. Nesse processo, o letramento, compreendido como prática social, discursiva e formativa, desempenha papel central, ao fornecer as bases linguísticas, cognitivas e emocionais necessárias para a gestão construtiva dos conflitos.

No que se refere aos fundamentos e princípios da mediação escolar, a literatura destaca elementos como voluntariedade, imparcialidade, confidencialidade, corresponsabilidade e diálogo. A mediação parte do pressuposto de que o conflito é inerente às relações humanas e, portanto, faz parte do cotidiano escolar. O objetivo não é eliminar os conflitos, mas transformá-los em oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento social. Nesse sentido, a escola assume um papel ativo ao criar espaços institucionais de escuta e negociação, nos quais os sujeitos envolvidos possam expressar seus pontos de vista e construir acordos de forma cooperativa.

Compreender a mediação como prática pedagógica, e não apenas como técnica de resolução de conflitos, implica reconhecê-la como parte integrante do projeto educativo da escola. A mediação escolar ultrapassa procedimentos formais e protocolos técnicos, assumindo um caráter formativo que contribui para a construção da autonomia, da responsabilidade e da cidadania. Quando integrada ao currículo e às práticas pedagógicas, a mediação favorece o desenvolvimento de competências sociais e comunicativas, alinhando-se a uma concepção de educação comprometida com a cultura de paz e com os direitos humanos. Nessa perspectiva, mediar conflitos é também educar para o diálogo, para o respeito à diversidade e para a convivência democrática.



O letramento discursivo e emocional constitui um dos pilares centrais da mediação de conflitos na escola. O letramento discursivo refere-se à capacidade de argumentar, narrar, escutar e negociar sentidos de forma ética e respeitosa, permitindo que os sujeitos expressem sentimentos, necessidades e expectativas sem recorrer à violência. Já o letramento emocional envolve o reconhecimento, a compreensão e a regulação das emoções próprias e alheias, aspectos fundamentais para a prevenção da escalada dos conflitos. A articulação entre essas dimensões possibilita que a mediação se realize de forma mais efetiva, uma vez que conflitos escolares frequentemente estão associados a dificuldades de comunicação e à gestão inadequada das emoções.

Nesse contexto, o papel de professores, gestores e estudantes mediadores é decisivo para o êxito das práticas de mediação. Os professores atuam como mediadores pedagógicos, criando ambientes de aprendizagem pautados no diálogo e na escuta ativa, além de incorporarem práticas de letramento que favoreçam a expressão e a reflexão crítica. Os gestores escolares, por sua vez, são responsáveis por institucionalizar a mediação, garantindo condições organizacionais, formativas e normativas para sua implementação contínua. Já os estudantes mediadores assumem protagonismo no processo, fortalecendo a participação juvenil e promovendo a corresponsabilidade na gestão dos conflitos, o que contribui para o fortalecimento dos vínculos e para a construção de uma cultura de paz no cotidiano escolar.

Dessa forma, a mediação de conflitos, quando articulada às práticas de letramento, consolida-se como uma estratégia educativa potente para a redução da violência e para a promoção de relações mais justas e solidárias na escola. Ao integrar dimensões discursivas, emocionais e pedagógicas, a mediação reafirma o papel da escola como espaço privilegiado de formação humana, diálogo e transformação social.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A partir da Análise de Conteúdo, evidenciou padrões recorrentes, convergências conceituais e tensões teóricas entre os estudos sobre violência escolar, letramento, mediação de conflitos e cultura de paz. Os resultados indicam que a violência no ambiente escolar não pode ser compreendida como fenômeno isolado, episódico ou restrito a comportamentos individuais, mas como expressão de dinâmicas sociais, simbólicas e institucionais que atravessam a escola enquanto espaço de socialização e



disputa de sentidos (Farias et al., 2022; Mokaya et al., 2025).

A triangulação entre os autores revela consenso quanto ao caráter multidimensional da violência escolar, que se manifesta simultaneamente nas esferas física, psicológica, simbólica e institucional. Embora a violência física seja a face mais visível e frequentemente associada às respostas punitivas, os estudos analisados demonstram que formas menos explícitas, como a violência simbólica e institucional, exercem impactos profundos e duradouros sobre o clima escolar, o pertencimento dos estudantes e suas trajetórias educacionais (Silva, 2024; Ferreira de Oliveira et al., 2021). Essas modalidades operam, sobretudo, por meio da linguagem, das normas escolares, das práticas avaliativas e das expectativas pedagógicas, reforçando hierarquias sociais e culturais naturalizadas.

Nesse ponto, a articulação com os estudos de letramento como prática social mostra-se central para a compreensão dos mecanismos que sustentam a violência simbólica no espaço escolar. A perspectiva ideológica do letramento, formulada por Street (2014), permite interpretar que os conflitos escolares emergem, em grande medida, da legitimação desigual de práticas linguísticas e culturais. A escola, ao privilegiar determinados modos de falar, escrever e interpretar o mundo, tende a desqualificar repertórios linguísticos oriundos de contextos populares, periféricos ou historicamente marginalizados. Essa desvalorização produz silenciamentos, sentimentos de não pertencimento e resistências que frequentemente se expressam na forma de conflitos e tensões interpessoais (Street, 2014).

Aprofunda-se essa análise ao evidenciar que o domínio da linguagem escolar está intrinsecamente ligado ao acesso a determinados Discursos, entendidos como formas socialmente reconhecidas de agir, pensar e se posicionar. Os resultados da revisão indicam que estudantes que não dominam esses Discursos legitimados enfrentam maiores dificuldades de participação, reconhecimento e escuta, o que amplia a assimetria de poder nas relações escolares. Essa exclusão discursiva constitui terreno fértil para a emergência de conflitos, sobretudo quando associada a práticas institucionais autoritárias ou pouco sensíveis à diversidade sociocultural (Gee, 2006).

A triangulação com os estudos sobre letramento crítico, fundamentados em Paulo Freire, permite avançar na interpretação dos resultados ao deslocar o foco da responsabilização individual para uma análise estrutural da violência escolar. Nessa



ótica, o autor coloca que a linguagem como prática política e emancipatória, é capaz de revelar as causas históricas das desigualdades e das opressões. Os achados indicam que práticas pedagógicas orientadas pelo letramento crítico contribuem para a ressignificação do conflito, ao favorecer a leitura crítica da realidade, o diálogo horizontal e a construção coletiva de sentidos. Nesse contexto, o conflito deixa de ser percebido exclusivamente como problema disciplinar e passa a ser compreendido como oportunidade formativa (Freire, 2011).

No que se refere à relação entre letramento e cultura de paz, os resultados apontam que a paz no ambiente escolar não pode ser reduzida à ausência de conflitos, mas deve ser entendida como capacidade institucional de lidar com as divergências de forma ética, dialógica e educativa (Malta; Galvão; Lemos, 2025). A triangulação dos estudos evidencia que práticas de letramento social e crítico fortalecem competências discursivas, emocionais e comunicativas essenciais para a convivência democrática, como a escuta ativa, a argumentação respeitosa, a empatia e a negociação de sentidos.

Nesse cenário, a mediação de conflitos emerge como elemento articulador entre letramento e cultura de paz. Os estudos analisados convergem ao afirmar que a mediação escolar, quando compreendida como prática pedagógica contínua, e não como intervenção pontual, contribui significativamente para a redução da violência e para o fortalecimento dos vínculos escolares (Shim; Ye, 2024). A mediação baseada no diálogo exige sujeitos capazes de nomear emoções, expressar conflitos de forma não violenta e reconhecer o outro como legítimo interlocutor, competências diretamente associadas ao letramento discursivo e emocional.

A triangulação dos autores evidencia, ainda, que a eficácia das práticas de mediação depende do envolvimento articulado de professores, gestores e estudantes. Professores atuam como mediadores pedagógicos ao incorporar práticas de letramento que valorizam a diversidade linguística e promovem a problematização crítica da realidade. Gestores, por sua vez, desempenham papel estratégico ao institucionalizar políticas e espaços de mediação, superando lógicas exclusivamente punitivas. Já os estudantes mediadores assumem protagonismo na gestão dos conflitos, fortalecendo a participação social e a corresponsabilidade no cotidiano escolar.

5 CONCLUSÃO



Conclui-se que o letramento, concebido como prática social, crítica e formativa, constitui um dispositivo pedagógico central para a transformação dos conflitos escolares em experiências educativas. Ao articular linguagem, identidade e relações de poder, o letramento amplia as possibilidades de diálogo, escuta e participação, favorecendo a construção de ambientes escolares mais democráticos, inclusivos e comprometidos com a justiça social.

Os principais achados da revisão indicam que a violência escolar se manifesta de forma multifacetada, física, psicológica, simbólica e institucional, e está profundamente relacionada às desigualdades sociais e aos processos de exclusão simbólica presentes no cotidiano escolar. Nesse cenário, práticas de letramento crítico e discursivo revelam-se fundamentais para o enfrentamento dessas violências, na medida em que promovem o reconhecimento da diversidade linguística e cultural, fortalecem competências comunicativas e emocionais e possibilitam a mediação ética e dialógica dos conflitos. A literatura analisada evidencia ainda que a mediação de conflitos, quando integrada às práticas pedagógicas e orientada por princípios formativos, contribui para o protagonismo discente, para o fortalecimento dos vínculos escolares e para a consolidação de uma cultura de paz.

Como recomendações, destaca-se a necessidade de que o letramento seja incorporado de forma transversal aos currículos, aos projetos pedagógicos e às políticas institucionais das escolas, superando abordagens meramente instrumentais da linguagem. Recomenda-se, ainda, o investimento na formação inicial e continuada de professores e gestores para o desenvolvimento de práticas de letramento crítico, discursivo e emocional, bem como a institucionalização de programas de mediação de conflitos com participação ativa dos estudantes. Por fim, sugere-se o aprofundamento de pesquisas empíricas e interventivas que investiguem, em contextos escolares específicos, os impactos das práticas de letramento na redução da violência e na promoção de relações educativas pautadas no diálogo, na convivência democrática e na cultura de paz.

6 REFERÊNCIAS



ARAÚJO, G. C. **Letramento crítico na EJA: a educação do campo**. v. 1. Araguaína: Campus Acadêmico de Araguaína, 2020.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARVALHO, E. B. S.; SILVA, A. M. B.; MACIEL, C. C. M. **Gestão participativa e a violência simbólica na realidade escolar: desafios à formação de professores na contemporaneidade**. Educação Pública, Rio de Janeiro, 2024.

DA SILVA, A. C. Q.; SOUSA, I. D.; DIAS, M. A. N. Revisão de literatura sobre sua importância para o desenvolvimento integral do aluno. **Revista FT - Linguística, Letras e Artes**, v. 29, n. 143, fev. 2025. DOI: [10.69849/revistaft/pa10202502161118](https://doi.org/10.69849/revistaft/pa10202502161118)

DIAS, M. A. N.; PEREIRA, L. M.; MARTINS, T. M.; LIMA, P. S. R.; MARINHO, L. S. B.; BRITO, H. C.; SILVA, A. C. Q.; ABREU, J. C. C.; ALVES, J. R. C.; SÁ, R. A.; GUSMÃO, A. D. R. C. Educação ambiental como prática de letramento: a construção do pensamento ecológico na escola. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 5, n. 1, p. 270–291, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p270-291>

DIAS, M. A. N.; DE BRITO, H. C.; LIMA, P. S. R.; DA SILVA, S. V.; ALVES, J. R. C.; DE MELO JÚNIOR, A. V.; KRUK, E. G.; COELHO, J. L. C.; MELO, F. C. S. **School mediation and a culture of peace: strategies for reducing violence and improving education**. Seven Editora, p. 118–135, 2026.

ETTO, R. M.; CARLOS, V. G. O letramento de Brian Street e as identidades pós-modernas de Bauman e Hall. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 3, 2018.

FARIAS, A. C. N.; BARROS, M. B. S. C.; ARAÚJO, W. J. S.; SILVA, A. C. C.; OLIVEIRA, S. R. D. E.; SANTOS, T. A.; SARMIENTO, L. M. M.; MONTEIRO, E. M. L. M. Fatores associados à violência escolar com adolescentes: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, e1811830519, 2022. DOI: [10.33448/rsd-v11i8.30519](https://doi.org/10.33448/rsd-v11i8.30519)

FERREIRA DE OLIVEIRA, A. F.; SILVA DE SOUZA, B. L.; DOS SANTOS, K. L.; PONTES DOS SANTOS, M. J. School violence, linguistic variation and human rights: the institutional responsibility and the effectuation of the fundamental principle of the students' dignity as a human person. **Olhares & Trilhas**, v. 9, n. 1, 2021. DOI: [10.34024/olhares.2021.v9.11456](https://doi.org/10.34024/olhares.2021.v9.11456)

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JEAN-PIERRE, J.; PARRIS, S. Alternative school discipline principles and interventions: an overview of the literature. **McGill Journal of Education / Revue des sciences de l'éducation de McGill, Montreal**, v. 53, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7202/1058410ar>

MALTA, M. O.; GALVÃO, V. K.; LEMOS, R. C. S. F. A cultura de paz nas produções científicas nos últimos XX anos: uma revisão sistemática. **SciELO Preprints**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11536>



MARCONI, M. de A.. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MATTAR, J. RAMOS, D. K.. **Metodologia da Pesquisa em Educação: abordagens quantitativas, qualitativas e mistas**. 1ª ed.-São Paulo: edições 70, 2021.

MOKAYA, A. G.; KIKUVI, G.; MUTAI, J.; MEMIAH, P. A descriptive phenomenological study of school-related gender-based violence: lived experiences of symbolic violence, harassment, and systemic complicity in a mixed secondary school in Nairobi, Kenya. **BMC Public Health**, Londres, v. 25, n. 3926, 2025. DOI: [10.1186/s12889-025-25341-0](https://doi.org/10.1186/s12889-025-25341-0)

PASTE FERREIRA, A. R. OS CONFLITOS ESCOLARES E A BUSCA PELA TOLERÂNCIA NO MEIO EDUCACIONAL. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 10, p. e5105819, 2024. DOI: [10.47820/recima21.v5i10.5819](https://doi.org/10.47820/recima21.v5i10.5819)

PEREIRA, I. S. P. Resenha de The language of schooling, de Mary J. Schleppegrell, e Situated language and learning, de James Paul Gee. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 19, n. 1, p. 177–184, 2006.

SILVA, S. M. da. A violência escolar simbólica na visão de Pierre Bourdieu. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 5, p. e4489, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n5-187>

SOUSA, P. R. G. de; SALVATIERRA, L. Análise de conteúdo de livros didáticos do PNLD 2020 sobre Educação Ambiental. Amazônia: **Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, Belém, v. 18, n. 41, p. 1–15, 2022.

SHIM, T.; YE, C. Teachers' roles in coping with school violence from the perspectives of prospective teachers: a Q methodological approach. **Behavioral Sciences**, Basel, v. 14, n. 11, e1099, 2024. DOI: [10.3390/bs14111099](https://doi.org/10.3390/bs14111099)

STREET, V. Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola, 2014.